

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da BMW Leasing do Brasil S.A. - Arrendamento Mercantil (AM) submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes correspondentes aos exercícios finais em 31/12/2017 e 2016 e semestre final em 31/12/2017. **Ativos Totais:** Os ativos totais atingiram, ao final do exercício final em 31/12/2017, o montante de R\$ 57.328 mil (R\$ 54.839 mil em 31/12/2016). **Operações de Crédito:** A BMW Leasing do Brasil S.A. - AM desenvolve políticas e estratégias para o Gerenciamento do Risco de Crédito de forma a garantir que as provisões sejam estabelecidas de forma adequada ao grau de risco dos clientes. Além disso, monitora de forma recorrente, os valores de garantias contratuais e o comportamento dos contratos em carteira. A carteira de Arrendamento Mercantil atingiu o montante de R\$ 2.463 mil ao final do exercício final em 31/12/2017 (R\$ 4.179 mil em 31/12/2016). As Provisões para Operações de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa atingiram o montante de R\$ 185 mil em 31/12/2017 (R\$ 118 mil em 31/12/2016). **Patrimônio Líquido e Resultado:** O Patrimônio Líquido total atingiu, ao final de 31/12/2017, o montante de R\$ 47.242 mil (R\$ 44.275 mil em 31/12/2016). A BMW Leasing do Brasil S.A. - AM encerrou o exercício de 31/12/2017 com lucro de R\$ 2.959 mil (R\$ 3.671 mil em 31/12/2016). **Remuneração dos Acionistas:** Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo de 1% sobre o lucro líquido do exercício, ressalvada a ocorrência da hipótese prevista no § 3º do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, que prevê a possibilidade de retenção de todo o lucro pela BMW Leasing do Brasil S.A. - AM. Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31/12/2017 E 2016 (Em milhares de reais)

	2017	2016	Passivo	2017	2016
Ativo			Circulante	2017	2016
Circulante	48.734	44.180	Circulante	5.662	7.440
Disponibilidades	60	113	Depósitos	2.563	2.290
Aplicações interfinanceiras de liquidez	48.198	43.700	Depósitos interfinanceiros	2.563	2.290
Operações de arrendamento mercantil	494	(257)	Outras obrigações	3.999	5.150
Arrendamentos a receber - Setor privado	466	764	Sociais e estatutárias	28	37
(-) Rendas a apropriar - Arrendamento mercantil	(462)	(754)	Fiscais e previdenciárias	99	532
(-) Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	(98)	(267)	Provisão para imposto de renda diferido	375	580
Diversos	570	624	Credores por antecipação de valor residual	2.999	3.825
Realizável a longo prazo	440	486	Diversas	498	176
Operações de arrendamento mercantil	(83)	(145)	Exigível a longo prazo	3.524	3.124
Arrendamentos a receber - Setor privado	416	432	Outras obrigações	3.524	3.124
(-) Rendas a apropriar - Arrendamento mercantil	(412)	(426)	Provisão para imposto de renda diferido	481	673
(-) Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	(87)	(151)	Credores por antecipação de valor residual	2.675	2.161
Diversos	523	631	Diversas	368	390
Permanente	6.154	10.173	Patrimônio Líquido	47.242	44.275
Imobilizado	6.154	10.173	Capital social	35.682	35.682
Bens arrendados	3.938	3.978	De domiciliados no exterior	35.682	35.682
(-) Depreciações acumuladas	(3.207)	(4.416)	Reserva de lucros	11.560	8.593
Superveniência de depreciação	3.423	4.611	Reserva legal	1.449	1.301
Total do Ativo	57.328	54.839	Total do Passivo	57.328	54.839

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31/12/2017 E 2016 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A BMW Leasing do Brasil S.A. - Arrendamento Mercantil é uma Sociedade pertencente ao "Grupo BMW", decorrente da aquisição da CM Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil, anteriormente controlada pelo Banco Chase Manhattan S.A. A aquisição foi aprovada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 17/03/1999. A Sociedade concentra suas atividades no arrendamento mercantil de consumidores finais de veículos e motos, na modalidade de Leasing Financeiro.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras: As práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e para a elaboração das demonstrações financeiras emanam da Lei das Sociedades por Ações, considerando as alterações introduzidas pela Lei nº 11.941/09, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN), substanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). Entre 2008 e 2017, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém nem todos homologados pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Desta forma, a Instituição, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos homologados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN): a) CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08; b) CPC 03 - Demonstração dos fluxos de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08; c) CPC 05 - Divulgação sobre partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09; d) CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11; e) CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11; f) CPC 24 - Eventos subsequentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11; g) CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09; h) CPC Pronunciamento conceitual básico - Estrutura conceitual para elaboração e divulgação do relatório contábil-financeiro - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12; i) CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados - homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15. As demonstrações financeiras foram aprovadas em 27/03/2018.

3. Principais práticas contábeis: a) **Apruração dos resultados:** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As rendas de operações de arrendamento mercantil vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita somente quando efetivamente recebidas. b) **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são compostos pelas disponibilidades e valores recebidos referentes aos pagamentos de parcelas e liquidações de contratos que são disponibilizados no 1º dia útil do mês subsequente e, aplicações financeiras com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor. c) **Operações de arrendamento:** As operações de arrendamento a receber são demonstradas pelo valor das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com as condições determinadas nos contratos. As rendas a apropriar correspondem ao montante das contraprestações contratuais e são apropriadas a rendas efetivas nas datas de vencimento de cada contraprestação, conforme estabelecido pela Portaria MF nº 140/04. O ajuste financeiro da carteira de arrendamento mercantil foi calculado em conformidade com os critérios do Banco Central do Brasil (BACEN), com base no valor presente do fluxo futuro de recebimentos, utilizando a taxa interna de retorno dos contratos, das correspondentes provisões para perdas por ajustes ao valor de aplicação, e **realizável a longo prazo:** São demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado, quando aplicável. e) **Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa (PCLD):** As operações de arrendamento mercantil são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao risco das operações, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador de crédito, e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 e alterações posteriores, que requer análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo AA o risco mínimo e H o perda provável. As operações classificadas como nível "H" (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de arrendamento mercantil que já haviam sido baixadas contra a provisão existente e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. f) **Imobilizado de arrendamento:** Está registrado pelo custo de aquisição, incluindo as despesas de aquisição e a provisão para perda por deterioração, e ajustado pela superveniência de depreciação. A depreciação é calculada de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.059/02, alterada pela Resolução CMN nº 3.566/08. O passivo diferido foi constituído à alquota de 25%, para imposto de renda, com o ajuste da superveniência de depreciação da carteira de arrendamento mercantil. g) **Estimativas contábeis:** A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Itens significativos sujeitos à aplicação de estimativas e premissas incluem: a avaliação da realização da carteira de arrendamento mercantil para determinação da provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa, os estudos técnicos para estimar os períodos de realização dos créditos tributários, a avaliação das contingências e obrigações, a apuração das respectivas provisões e a avaliação de perda por redução ao valor recuperável de ativos. A liquidação das transações e os respectivos saldos contábeis apurados por meio da aplicação de estimativas poderão apresentar diferenças, devido a imprecisões inerentes ao processo de estimativas. A Sociedade revisa as estimativas e premissas, pelo menos, trimestralmente, exceto para a realização do crédito tributário que é revisado semestralmente. h) **Contingências:** Para a constituição de provisão para passivos contingentes, adota-se critério de classificação das contingências em remotas, possíveis e prováveis, em conformidade com o CPC 25, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09. A possibilidade de ocorrência de perda é avaliada por avaliação jurídica e a constituição se dá pelo valor das contingências classificadas como prováveis e/ou obrigações legais, dispensando o aprovamento das contingências classificadas como possíveis e remotas.

1. Lucro líquido por ação: É calculado com base na quantidade de ações existentes nas datas dos balanços.

	2017	2016				
4. Caixa e equivalentes de caixa						
Disponibilidades - Caixa	60	113				
Aplicações interfinanceiras de liquidez	48.198	43.700				
Total	48.258	43.813				
5. Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez:						
Rendas com aplicações em depósitos interfinanceiros	2.173	4.859				
Total	2.173	4.859				
6. Operações de arrendamento mercantil: A classificação das operações de arrendamento mercantil, bem como as regras para constituição da provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa, obedece aos critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99. A classificação das operações é amparada na análise periódica do cliente e da operação, levando-se em consideração itens como a situação econômico-financeira, o grau de envolvimento, a capacidade de geração de resultados, o fluxo de caixa, a administração, a pontualidade e os atrasos nos pagamentos.						
a. Composição da carteira de arrendamento mercantil por segmento econômico e nível de risco:						
	2017	2016				
Nível de risco	Outros serviços	Pessoa física	Total	% Provisão	Provisão	
AA	-	69	33	102	0,00%	
A	-	52	65	641	758	0,50%
B	-	35	236	26	297	1,00%
C	153	83	652	104	994	10,00%
D	-	174	66	240	30,00%	72
Total	153	440	1.052	818	2.463	18%
Nível de risco	Outros serviços	Pessoa física	Total	% Provisão	Provisão	
AA	108	-	49	213	371	0,00%
A	119	-	266	231	615	0,50%
B	32	97	208	155	492	1,00%
D	247	155	725	170	2.156	10,00%
H	-	506	1.513	1.391	769	4,17%
Total	506	1.513	4.941	769	4.179	41%

	2017	2016
Parcelas em curso normal:		
Vencidas até 14 dias e a vencer até 90 dias	466	729
De 15 a 360 dias	840	1.655
Acima de 360 dias	(1.157)	1.709
Subtotal	2.463	4.093
Parcelas vencidas:		
De 15 a 180 dias	-	42
De 180 a 360 dias	-	44
Total	-	86
Subtotal	2.463	4.179
c. Movimentação da provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa:		
Saldo em 31/12/2015	375	200
Constituições	(138)	(138)
Reversões	(19)	(19)
Saldo em 31/12/2016	185	418
Constituições	88	88
Reversões	(277)	(44)
Saldo em 31/12/2017	185	296
Constituições	20	20
Reversões	(131)	(131)
Saldo em 31/12/2017	185	296
Constituições	(44)	(19)
Reversões	47	47
Saldo em 31/12/2017	185	296

	2017	2016
7. Depósitos: Referem-se às captações de recursos com instituições financeiras ligadas, com vencimentos entre janeiro e março/2018, a taxas pré-fixadas que variam entre 6,99% a 9,80% ao ano. O valor total de depósitos interfinanceiros em 31/12/2017 e de R\$ 2.563 (R\$ 2.290 em 31/12/2016).		
a. Despesas com captação no mercado:		
Despesas de depósitos interfinanceiros	(121)	(177)
Total	(121)	(177)
8. Patrimônio líquido: a. Capital social: O capital social é representado por 27.079.104 ações ordinárias, sem valor nominal. Em 25/04/2017 foi realizada Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária que tratou de (a) aprovar as contas dos administradores, as Demonstrações Financeiras e a destinação do lucro relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2016; (b) consignar que não será distribuído dividendo mínimo obrigatório aos acionistas; (c) realocar a Diretoria para o presente exercício social, bem como realizar alterações de formatação e digitação em alguns artigos do Estatuto Social. A documentação foi apresentada ao Banco Central do Brasil em 02/05/2017 e homologada em 31/08/2017. b. Dividendos: Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo de 1% sobre o lucro líquido do exercício, ressalvada a ocorrência da hipótese prevista no parágrafo 3º do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, que prevê a possibilidade de retenção de todo o lucro pela Sociedade. c. Reservas: Reserva Legal: Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do período, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. Reservas especiais de lucros: Constituídas pelo montante do lucro não destinado à remuneração dos acionistas. a. Imposto de renda e contribuição social - valores correntes e diferidos:		
Resultado antes da tributação sobre o lucro	4.479	4.479
Adições/(-) Exclusões permanentes:	(139)	(139)
Adições/(-) Exclusões temporárias:	(139)	(212)
Total	4.201	4.128

	2017	2016
9. Provisões operacionais:		
Provisões operacionais	(19)	(19)
Base de cálculo	5.100	3.913
Compensação de prejuízo fiscal	(1.530)	(3.575)
Base de cálculo	3.570	3.913
Alíquota (IR 15%)	(536)	(1.251)
Alíquota (IR 10%)	(333)	(810)
Adicional (CS 20%)	(783)	(997)

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO - EXERCÍCIOS E SEMESTRE FINDOS EM 31/12/2017 E 2016 (Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	2017	2016
Receitas da Intermediação Financeira	3.621	7.976
Operações de arrendamento mercantil	1.448	3.117
Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez	2.173	4.859
Despesas da Intermediação Financeira	(1.103)	(2.442)
Operações de captação no mercado	(121)	(240)
Operações de arrendamento mercantil	(1.093)	(2.391)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	2.518	5.534
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(540)	(1.055)
Rendas de tarifas bancárias	4	7
Outras despesas administrativas	(501)	(870)
Despesas tributárias	(136)	(282)
Outras receitas operacionais	113	213
Outras despesas operacionais	(20)	(123)
Resultado Operacional	1.978	4.479
Resultado Não Operacional	-	-
Resultado antes da tributação sobre o lucro e Participações	1.978	4.479
Imposto de Renda e Contribuição Social	(654)	(1.521)
Provisão para imposto de renda	(390)	(859)
Provisão para contribuição social	(314)	(783)
Ativo fiscal diferido	50	131
Lucro Líquido do Semestre/Exercício	1.324	2.958
Lucro Líquido do Semestre/Exercício por Ação - Em R\$	0,049	0,109

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	2017	2016
a. Imposto de renda e contribuição social - valores correntes e diferidos:		
Imposto de renda	1.324	2.958
Contribuição Social	(654)	(1.521)
CS - Exercícios anteriores	-	(66)
Passivo fiscal diferido	297	1.733
Ativo fiscal diferido	(82)	(74)
Efeito do IR e CS no resultado	(664)	(1.521)
Movimentação do ativo fiscal diferido:		
Saldo em 31/12/2016	(121)	(177)
Adição	234	38
Adição	38	(151)
Total	473	82
Saldo em 31/12/2015	396	195
Adição	(115)	(141)
Adição	(141)	(438)
Total	(1.153)	(1.411)

	2017	2016
c. Movimentação do passivo fiscal diferido:		
IR diferido sobre superveniência de depreciação	(1.153)	(1.411)
Total	(1.153)	(1.411)
IR diferido sobre superveniência de depreciação	(2.886)	(219)
Total	(2.886)	(219)

A Administração da Sociedade referendou o estudo técnico dos créditos tributários, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.059/02 e a Resolução CMN nº 3.355/06. Os créditos tributários foram constituídos sobre diferenças temporárias e, com base no estudo subtraído, foi possível estimar a geração de lucros tributáveis futuros sobre os quais ocorrerá a realização dos créditos tributários. O valor presente dos créditos tributários, constituído na data do balanço, calculado com base na taxa Selic projetada, é de R\$ 742. O valor atual do passivo diferido é de R\$ 856.

	2017	2016
Crédito Tributário		
Valor Nominal	136	128
Valor Presente	84	73
Em 2019	21	17
Em 2020	32	23
Em 2021	29	25
Total	296	254
Passivo Diferido		
Valor Nominal	(375)	(351)
Valor Presente	(244)	(213)
Em 2019	(70)	(57)
Em 2020	(106)	(79)
Em 2021	(61)	(42)
Total	(656)	(742)

10. Passivos contingentes e obrigações legais: Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recurso para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem a dedução das provisões para passivos contingentes, no montante de R\$ 434 (R\$ 413 em 31/12/2016) em atendimento às normas do Banco Central do Brasil. **a. Contingências fiscais:** A Sociedade possui processos de natureza tributária em andamento, relativos a discussões de demandas administrativas e judiciais frente a vários municípios, que exigem que o recolhimento do ISS incidente sobre as receitas de operações de leasing, por entenderem que são prestadas naquelas localidades, ao invés do local da sede da prestadora. Em 2013, foi proferida decisão pelo STJ, em ação que discute exatamente o local de ocorrência do fato gerador nas operações de leasing (estabelecimento prestador x local de entrega do bem e finalização do contrato) na qual entendeu-se que o ISS nestas operações incidiria no local da sede da empresa. Assim, as exceções Fiscais que versavam sobre recolhimento de ISS em outros Municípios passaram a possuir, a partir de tal decisão, probabilidade de perda remota, motivo pelo qual, não há mais saldos relativos às causas de ISS provisionadas na data de 31/12/2017. Com o advento da Lei Complementar (LC) 157/2010, o tema está em discussão, visto que esta LC versa exatamente o contrário da decisão acima mencionada, ou seja, que a incidência se daria no local de entrega do bem e finalização do contrato. Ainda não há orientação jurídica sobre a influência da referida LC nas ações pendentes, o que poderá - ou não - alterar os prazos contábeis, que serão mantidos em possibilidade de perda remota para exercício, haja vista o entendimento de que o princípio da segurança jurídica impedia que a LC retroagisse a fatos passados. **b. Contingências cíveis:** São ações judiciais de caráter indenizatório, medidas cautelares, ações de obrigação de fazer, declaratórias ou revisional de cláusulas contratuais, em que há probabilidade de desembolso financeiro. As ações são controladas individualmente e provisionadas de acordo com a avaliação de risco/parcela pelos assessores jurídicos, considerando a situação de cada processo, eventuais decisões judiciais prolatadas, bem como o entendimento do Poder Judiciário local, ou das Instâncias Superiores, quando houver, em relação ao assunto em discussão.

	2017	2016
Bens Arrendados		
Máquinas e equipamentos	570	1.855
Veículos e afins	7.368	8.123
Perdas em arrendamento a amortizar	2	-
Subtotal	7.940	9.978
Depreciações acumuladas e superveniência de depreciação		
Superveniência de depreciação	3.423	4.611</